

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.354 - GO
(2019/0259879-4)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
AGRAVADO : C R DA S
ADVOGADO : RODRIGO LUSTOSA VICTOR - GO021059

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS agrava da decisão que não admitiu seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça daquele estado** (Apelação Criminal n. 1.0142.12.003011-9/001).

Consta dos autos que o agravado foi condenado à pena de 12 anos de reclusão pela prática do delito descrito nos art. 217-A, c/c o art. 226, II, ambos do Código Penal.

A Corte local deu provimento à apelação do Ministério Público para absolver o acusado (fls. 470-477).

Opostos os embargos declaratórios, foram eles rejeitados (fls. 501-508).

Nas razões do recurso especial, o Ministério Público local aponta violação do art. 619 do Código de Processo Penal.

Requer, assim, o provimento do recuso, a fim de que **seja anulado o acórdão proferido pela Corte de origem, a fim de que sejam sanados os pontos tidos como omissos.**

O recurso especial foi inadmitido no juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, o que ensejou a interposição deste agravo.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo **provimento** do recurso (fls. 592-599).

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Dada a relevância do tema, **converto o agravo em recurso especial**, para melhor exame da matéria.

Publique-se e intimem-se.

Após a reclassificação do feito, retornem os autos conclusos, para inclusão na pauta de julgamento.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**